

CARNAVAL E HIGIENE NO DISCURSO DO HOMEM

Shirlene Rohr de Souza *

Ao iniciar uma discussão sobre a linguagem e suas restrições político-sociais, Foucault diz: “Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso”¹. Apesar do risco, a proposta deste artigo é trazer alguma reflexão sobre o homem, a linguagem e o discurso, usando como referencial as pesquisas de Michel Foucault e Mikhail Bakhtin.

De conflitos sociais e relações pessoais: Bakhtin e Foucault

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin reclama uma “análise marxista no domínio da filosofia da linguagem”. Ele defende estudos marxistas sobre a linguagem porque entende que “o papel da língua, como realidade material específica da criação ideológica, não pôde ser justamente apreciado” (BAKHTIN, 1995, p. 25).

Bakhtin se propõe, então, a fazer a análise marxista da linguagem e, para isso, usa o método aplicado pela sociologia. Para ele, a linguagem, sendo um dos produtos sociais, absorve e reflete os conflitos e as relações de dominação, força, convivência e resistência, que se articulam entre os homens. Todas essas relações se manifestam na palavra. Afirma Bakhtin:

O ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas *se refrata*. O que é que determina esta refração do ser no signo ideológico? O confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja: *a luta de classes*.

Classe social e comunidade semiótica não se confundem. Pelo segundo termo entendemos a comunidade que utiliza um único e mesmo código ideológico de comunicação. Assim classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua. Conseqüentemente *em todo signo ideológico confrontam-se índices de*

* Mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), professora da FESV.

¹ FOUCAULT, Michel. *O ordem do discurso*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 7.

*valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes.*²

Também Foucault faz uma minuciosa investigação sobre as relações de poder que se dão entre as pessoas e que atingem diretamente a materialização da língua, o discurso. Para Foucault, “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Bakhtin e Foucault contestam verdades e trazem discussões que, mesmo chocantes e inquietantes, servem para mostrar que o homem é um “ser” que vem sendo construído ao longo do tempo.

O homem, a linguagem e o discurso

O homem — que constitui a linguagem e por ela é constituído — produz discursos que circulam na esfera social como se fossem naturais, como se não fossem cerceados por uma elaborada intervenção. Em *A ordem do discurso*, Foucault alerta:

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

Se há controle sobre o discurso do homem — e há —, esse produto da humanidade, então, não pode ser natural, nem mesmo isento. Ao contrário, é um produto cuidadosamente manipulado e arranjado, desde a sua forma imaterial, a linguagem.

Para articular esta discussão, reúno em torno do conceito “linguagem” mais outros dois conceitos: o primeiro é o de “carnavalização”, desenvolvido por Mikhail Bakhtin; o segundo é o

² BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. Apresentação: Marina Yaguello. São Paulo: HUCITEC, 1995, p. 46.

de “higienização”, discutido por Michel Foucault em várias instâncias de suas pesquisas, e também por outros estudiosos da medicina social, dentre os quais, Jurandir Freire Costa.

A linguagem carnavalizada: de quando era permitida

Bakhtin usa o termo “carnavalização” em seu livro *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. Sua intenção é fazer um minucioso estudo da obra de François Rabelais. Entretanto, ao fazer isso, ele acaba por iluminar toda a riqueza da cultura popular que floresceu da Idade Média até meados do Renascimento.

Se a História faz questão de mostrar a Idade Média como um período austero e com muita disciplina religiosa (a Idade das Trevas), Bakhtin traz à tona uma outra face desse período: o mundo alegre e espontâneo da cultura popular, com seus muitos festejos.

Ao revelar essa outra face da Idade Média, um outro dado ganha interesse: o perfil do homem que pertence às classes populares, a sua linguagem e as condições em que esta é produzida.

O homem da Idade Média, descrito por Bakhtin, era alegre. Ele viveu num momento de domínio acintoso da Igreja, por isto esse homem também era religioso. No entanto, essa religiosidade não reiterava os dogmas da Igreja, mas, sim, os contestava. Seu ritual religioso era cômico, com representações repletas de significados que denunciavam seu desprezo pelo tom sério e extremamente formal do clero, para quem o mundo já estava pronto e acabado. O homem do povo participava de uma série de ritos que mostravam que, para ele, o mundo não estava pronto, ao contrário, transformava-se a todo momento. E, assim, renovava-se, incessantemente.

Era nas feiras e festas populares, principalmente no Carnaval e nas brincadeiras de mistérios, realizadas em praças públicas, que o homem do povo, na Idade Média, extravasava suas verdadeiras crenças. Enquanto a Igreja, com seu ritual imperativo e sombrio, pregava o

flagelo do corpo como condição de santificação da alma, o povo via na matéria corporal, na alegria, no riso, nas festas, nos banquetes fartos, na linguagem irreverente e audaciosa o meio de manter o mundo novo e mais iluminado.

Todos esses ritos e espetáculos organizados à maneira cômica apresentavam uma diferença notável, uma diferença de princípio, poderíamos dizer, em relação às formas do culto e às cerimônias oficiais sérias da Igreja ou do Estado feudal. Ofereciam uma visão do mundo, do homem e das relações humanas totalmente diferente, deliberadamente não-oficial, exterior à Igreja e ao Estado; pareciam ter construído, ao lado do mundo oficial, *um segundo mundo e uma segunda vida* aos quais os homens da Idade Média pertenciam em maior ou menor proporção, e nos quais eles *viviam* em ocasiões determinadas.³

O homem do povo, na Idade Média, concebia o mundo carnavalizado, ou seja, concebia um mundo que se movia alegremente, apesar dos infortúnios, que eram muitos. O mundo carnavalizado abrigava, indistintamente, o anão e o gigante, o deformado e o louco. Todos tinham o seu lugar na praça pública, lugar privilegiado e concorrido, em dias de feiras e festas. Mas também, todos, indistintamente, eram motivos de risos e ironias.

Se a visão de mundo desse homem é carnavalizada, sua linguagem também é, por conseguinte. Em sua pesquisa, Bakhtin mostra que a linguagem do povo na Idade Média, corre sem grandes censuras moralistas: ela é injuriosa, altiva, barulhenta e repleta de imprecações. Segundo Bakhtin,

Seus discursos não comportam o menor matiz, por mais débil que seja, de seriedade lúgubre, de medo, de veneração, humildade. Eles são totalmente alegres, ousados, licenciosos e francos, ressoam com toda a liberdade na praça em festa, para além das restrições, convenções e interdições verbais.⁴

Nessa passagem, o autor usa as expressões “seriedade lúgubre”, “medo”, “veneração” e “humildade” para apontar o que não constava na linguagem popular. Ao longo de sua pesquisa, Bakhtin mostra que essas características eram próprias da cultura oficial vigente na Idade Média.

³ BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução: Yara Frateschi. São Paulo-Brasília: HUCITEC, 1996, 4-5. (Grifos do autor)

⁴ Id. Ibid., p. 144.

Em contrapartida, ele usa as palavras “alegres”, “ousados”, “licenciosos” e “francos” para referir-se à linguagem do povo, que corria em praça pública. Essas antíteses sinalizam a grande distância que havia entre uma cultura e outra, que não se resumia a diferenças sociais. Era uma questão, conforme diz Bakhtin, de princípio. As antíteses demonstram uma grande diferença no modo de ver e conceber o mundo. Uma cultura é cheia de restrições e temores; a outra é desafiadora e confiante na renovação.

Apesar do que se pode deduzir, é engano pensar que a linguagem que estava atrelada à cultura popular, na Idade Média, era incondicionalmente liberada. Segundo Foucault, não é possível uma sociedade que não exerça controle sobre o discurso do homem. Daí, pode-se concluir que, se a licenciosidade, a irreverência e os insultos eram permitidos, certamente havia outros aspectos que serviam de limitações no discurso desse homem. Ou seja, “linguagem carnalizada” não significa que o homem do povo, na Idade Média, tinha o seu discurso totalmente liberado. Ao contrário, ele sofria interdições, tanto que, mesmo que em algumas circunstâncias a linguagem oficial e a popular se misturassem, os discursos licenciosos e irreverentes não penetravam, pelo menos abertamente, na ordem do discurso oficial.

É importante lembrar que essa cultura alegre, cheia de significados e ritos cômicos pertencia às mesmas populações que enfrentavam invasões de povos estranhos, conflitos religiosos e étnicos, guerras e grandes epidemias. Todos estes problemas também mereciam as atenções da Igreja e do Estado. Talvez por isso a cultura popular da Idade Média foi por tanto tempo permitida e tolerada.

Não se sabe exatamente em que momento o “segundo mundo”, criado pela cultura popular, começou a incomodar a aristocracia e o clero, a ponto de se sentirem ameaçados. Um mundo com regras próprias só poderia trazer problemas e medir forças com o poder instaurado.

Os ritos cômicos com seus significados voltados para a “renovação” do mundo, passaram a desestabilizar a “estagnação” dos que representavam o poder. Era preciso controlar as pessoas, a circulação delas e o seu discurso. Era necessário silenciar a voz irreverente do povo. Mas essa voz estava atrelada a um sistema popular extremamente sólido e enraizado. Para sufocá-la, seria necessário articular um mecanismo forte, que atuasse sub-repticiamente em todas as frentes, em todas as camadas, principalmente, as populares.

A linguagem higienizada: a nova ordem

Foucault, no conjunto de suas pesquisas, faz um minucioso estudo sobre a medicina social, que surge na Alemanha, no início do século XVIII, e estende-se para a França, Inglaterra e para toda a Europa.

Segundo Foucault, já a partir do século XVI, o Estado se mostra mais interessado em relação à movimentação do homem nas cidades. Esse período já sinaliza uma mudança significativa na concepção de mundo: o homem caminha em direção à Ciência, a fim de combater os males da sociedade. Essa é uma postura bem diferente da que ocorria poucos séculos antes, quando os parâmetros do bem-estar físico, moral e espiritual do homem eram ditados pela religião.

Essa mudança implica em um novo conceito de “homem” e de “sociedade”. Instrumentos são criados, com o objetivo de controlar as pessoas e mantê-las sob o olhar atento do poder. Por isso é criada a medicina social — ou polícia médica, como preferem alguns estudiosos e pesquisadores —, cuja finalidade é controlar a cidade, o cidadão e a circulação de elementos vitais, como a água e o ar.

Nota-se que há uma grande diferença entre o “mundo carnavalizado”, vivido pelo homem do povo, na Idade Média, e o período de controle do indivíduo, desenvolvido pela medicina social, que atua mais incisivamente a partir do século XVIII.

O surgimento da medicina social, ou higienista, mostra que os Estados, aos poucos, sentem a necessidade de controlar a força latente nas camadas populares. Mais tarde, encontram na polícia médica um instrumento eficiente e capaz de coibir o sujeito e de interferir intimamente na vida, no comportamento, na linguagem e no discurso do homem.

A medicina higienista começa por impor fronteiras entre o “lar” e a “praça”; entre o “público” e o “privado”. Paulatinamente, ela impõe uma nova ordem à sociedade, e cria um modelo de “homem civilizado”, construído a partir de uma severa educação moral, física, intelectual e sexual.

A linguagem, fenômeno capaz de acompanhar as mínimas mudanças do homem, logo assimila essa nova ordem social: as blasfêmias, as injúrias, as irreverências e as grosserias foram condenadas. O “novo homem” deveria polir sua linguagem e torná-la contida e burilada, em compasso com o cidadão preocupado com a sua saúde, sua aparência física e imagem social.

A política adotada pela medicina social já surte efeitos no início de suas investidas. Em seu artigo “Insultos verbais na Paris do século XVIII”⁵, David Garrioch mostra que há muitos registros de queixas policiais de pessoas que se sentiram ofendidas, por conta de insultos verbais. Nessa mesma cidade, alguns séculos antes, era pouco comum que os insultos, as injúrias e as blasfêmias servissem de motivos para queixas policiais, visto que a linguagem injuriosa pertencia a todo homem do povo. Entretanto, a atuação incansável da medicina social, aos poucos, obtém

⁵ GARRIOCH, David. “Insultos verbais na Paris do século XVIII “. In: BURKE, Peter; PORTER, Roy (org.). *História social da linguagem*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p. 132-133.

resultados positivos para o poder: em pouco tempo a sociedade está mais “caseira” e mais “ordeira”. A linguagem, reorientada, manifesta-se em discursos cada vez mais higiênicos.

A intervenção dos higienistas sobre a individualidade e a intimidade das pessoas consegue, além dos resultados mais imediatos — a condução do homem para o “lar”, o controle da população e uma ordem propícia à atuação do Estado — refinar a linguagem do novo homem. Eles tornam a linguagem “carnavalizada” em “linguagem higienizada”. Os higienistas também desenvolveram, ainda que sem intenção, preconceitos que se perpetuaram na sociedade e ainda são sistematicamente veiculados pelo nosso discurso. Jurandir Freire Costa, que estudou a atuação da medicina social no período colonial no Brasil afirma que eles “difundiram, simultaneamente, o preconceito de que o cérebro do homem capacitava-o para as profissões intelectuais, enquanto o da mulher só lhe permitia exercer atividades domésticas”⁶.

Muito diferente do homem que viveu a cultura popular na Idade Média, que não tinha um “modelo” de homem a seguir, ou melhor, que rejeitava o modelo de homem que era apontado pela Igreja, o homem que viveu o início da construção da sociedade que temos hoje, a partir do século XVIII, sofria as imposições da nova ordem, que retocava sua imagem física e social, sua vida pessoal e sua linguagem.

A partir do momento em que se tem um modelo tão bem veiculado, como aconteceu, não é fácil resistir a ele, por isto, é possível entender o fundamento dos preconceitos que até hoje acompanham a “sociedade democrática”. Os estereótipos eram construídos a partir de rígidos parâmetros morais, físicos, sexuais e intelectuais, pelos higienistas. Daí o preconceito, cristalizado há tempos, contra a mulher, a criança e os homossexuais.

⁶ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 14.

A linguagem censurada e a linguagem autorizada

A linguagem higienizada, que paira pesadamente sobre a sociedade reconstruída, obriga o homem a polir o seu discurso, mesmo em seu reduto mais íntimo, o “lar”, ou mesmo na “praça”, dantes, lugar de maior liberdade.

Apesar da forte cobrança de um discurso higiênico, sabe-se que a linguagem carnalizada, com sua irreverência e ousadia, nunca deixou de estar presente na sociedade, como desejavam os higienistas.

Linguagem higienizada e linguagem carnalizada co-existem. Se uma se mostra mais, por ser menos censurada ou interditada, a outra sobrevive em becos, favelas, feiras e, surpreendentemente, avança até mesmo para as academias mais “higienizadas”, aliviando discursos mais sóbrios e policiados. Na verdade, esse fato nem é tão surpreendente assim, visto que as linguagens sempre se encontram e, por contágio, uma penetra na outra naturalmente.

Sobre o discurso, Foucault também afirma:

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições.⁷

Vê-se que tanto a “linguagem carnalizada” como a “linguagem higienizada” não estão livres dos interditos. No interior dessas linguagens há censuras e autorizações. Mesmo o discurso mais irreverente, mais licencioso, mais franco sofre a interdição verbal.

⁷ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 8-9.

Os mecanismos de poder determinam à sociedade o que pode ser dito e controlam o que é dito. Ironicamente, a linguagem interdita é a marca de uma sociedade que “defende” a liberdade de expressão.

Independentemente de ser carnavalizada ou higienizada, a linguagem manifesta as relações do homem: seus conceitos e preconceitos, seus valores sociais, seu modo de estar no mundo e seu modo de ver o mundo.

Pode-se perceber que a linguagem — em seu percurso na História — preserva-se, justamente, porque acompanha o homem em suas transformações sociais. A linguagem se renova no discurso do homem, e sendo assim, ela provoca a ilusão de que tudo o que é dito por ele é novo. Ela desperta no homem uma certa “sensação” de ineditismo.

O homem, produto de uma ilusão, é também um grande criador de ilusões. Ele construiu sistemas ficcionais extremamente convincentes, como o tempo, a moeda, a matemática... A linguagem é apenas mais uma das ilusões inventadas pelo homem. Uma grande invenção.

Referências:

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. Apresentação: Marina Yaguello. São Paulo: HUCITEC, 1995.

-----, *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução: Yara Frateschi. São Paulo-Brasília: HUCITEC, 1996.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GARRIOCH, David. “Insultos verbais na Paris do século XVIII”. In: BURKE, Peter; PORTER, Roy (org.). *História social da linguagem*. Tradução: Álvaro Hattner. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p. ???.

QUINTANA, Mario. *Da preguiça como método de trabalho*. 4ª ed. São Paulo: Globo, 2000.